



## **TRANSFEMINICÍDIO NO ESTADO DO CEARÁ: UM ESTUDO DOCUMENTAL**

**Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra<sup>1</sup>, Kleyssiane Melo Alexandre<sup>2</sup>, Antônia Eudvânia de Oliveira Silva<sup>3</sup>, Maria do Socorro Vieira Lopes<sup>4</sup>, José Raulino Chaves Pessoa Júnior<sup>5</sup>, Grayce Alencar Albuquerque<sup>6</sup>, Maria Helena de Paula Frota<sup>7</sup>**

O Ceará é o segundo entre os estados que mais registram mortes de pessoas trans. Diante dessa problemática, o estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico da situação do transfeminicídio no Estado do Ceará. Para isso, foi realizado um estudo documental, utilizando cinco documentos, sendo três dossiês, um relatório e um anuário, todos publicados por órgão de segurança pública, associações e organizações não governamentais que coletam informações sobre os casos de transfeminicídio no Brasil. A partir dos documentos, foi realizada uma análise para compreender o que influencia a ocorrência do transfeminicídio no Ceará, além de descrever as possíveis soluções para a problemática. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais aponta que nos últimos oito anos, ocorreram 1.141 assassinatos de pessoas trans no Brasil, destes, 97% são mulheres trans e travestis. Nesse período, O Estado do Ceará notificou 107 mortes de pessoas trans. Em 2024, 66% das pessoas trans assassinadas tinham menos de 35 anos e 78% eram negras. De acordo com o levantamento, mulheres trans e travestis tem 32 vezes mais chances de serem assassinadas quando comparado aos homens trans. Das soluções apresentadas, destacam-se ações fundamentadas em políticas públicas já existentes, articuladas entre a Secretaria das Mulheres, a Secretaria da Educação e a Secretaria da Segurança Pública. As ações foram organizadas em eixos estratégicos: mobilização e comunicação; proteção e enfrentamento; autonomia, participação e equidade no mercado de trabalho; e, por fim, monitoramento e avaliação. De fato, para o enfrentamento do transfeminicídio, é relevante a criação e implementação de políticas públicas entre setores, com participação social e sensível às particularidades da população trans, que pode resultar em políticas inclusivas e representativas, além de compromisso com a

---

<sup>1</sup> Universidade Regional do Cariri, email: saskya.barros@urca.br

<sup>2</sup> Universidade Regional do Cariri, email: kleyssinha@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Regional do Cariri, email: eudivania.silva@urca.br

<sup>4</sup> Universidade Regional do Cariri, email: socorro.lopes@urca.br

<sup>5</sup> Universidade Regional do Cariri, email: raulino.chaves@urca.br

<sup>6</sup> Universidade Regional do Cariri, email: grayce.alencar@urca.br

<sup>7</sup> Universidade Estadual do Ceará, email: helenapfrota@gmail.com

**X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA**  
**XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA**  
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

*Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"*



dignidade humana e a democracia. Entre as medidas prioritárias, destaca-se o reconhecimento jurídico do transfeminicídio, fundamental para assegurar punições mais severas e dar visibilidade à motivação de ódio baseada no gênero, contribuindo para o reconhecimento social e institucional da gravidade desses crimes.

Palavras-chave: Transfeminicídio; transfobia; violência de gênero; política pública

Agradecimentos: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), Secretaria Estadual de Mulheres do Ceará (SEM).

**X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA**  
**XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA**  
*10 a 14 de NOVEMBRO de 2025*

*Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"*

